

# ENTRE COLONIZAÇÃO E HETEROGENIA NO ESPAÇO IMPERIAL ORIENTAL PORTUGUÊS ENTRE SÉCULOS XVI E XVII

ENTRE COLONISATION ET HÉTÉROGÉNÉITÉ DANS L'ESPACE  
IMPÉRIAL ORIENTAL PORTUGAIS ENTRE LES XVII ET XVIII  
SIÈCLES

**Martinho Pedro**

**RESUMO:** Os primeiros dois séculos da colonização portuguesa tiveram um caráter que se tivesse prevalecido teria engendrado, segundo as evidências, um encontro inter-civilizacional menos conflituoso. Tal processo adviria da contínua mobilização de arcabouços sociais dos grupos em contato em função de múltiplas referências, contrariamente ao que veio a acontecer durante a montagem dos sistemas coloniais na Segunda Modernidade Europeia em que, imperando um isomorfismo e um contexto discursivo ambivalente veio a propiciar a emergência de um conflito que perdura até a fase hodierna. Nesse prisma, a ideia central do artigo é de apresentar que, quando o móbil fosse tratar a natureza dos dois grupos em contato, o discurso dominante nesses primeiros dois séculos, quer no quadro das representações de populações nativas, quer no da integração / exclusão das envolturas societárias nativas dentro da sociedade colonial, dava um *décalage* pouco notável que, quando analisado no quadro temporal, propiciou a presença de realidades “conciliadoras”, concorrentes e recorrentes, expressando a universalidade e a transversalidade de práticas da espécie *homo*.

**PALAVRAS-CHAVE:** Colonização; Exclusão; Heterogenia; Transversalidade.

**Editor-Gerente**  
[Ivaldo Marciano de Franca Lima](#)

**RÉSUMÉ:** Les deux premiers siècles de la colonisation portugaise avaient un caractère qui, s'il avait prévalu, aurait engendré, à l'évidence, une rencontre inter-civilisationnelle moins conflictuelle. Un tel processus résulterait de la mobilisation continue des cadres sociaux des groupes en contact en fonction de références multiples, contrairement à ce qui s'est produit lors de l'assemblage des systèmes coloniaux avec la Seconde Modernité européenne dans laquelle, prévalant un isomorphisme et un contexte discursif ambivalent, il est venu à favoriser l'émergence d'un conflit qui dure jusqu'à aujourd'hui. A cet issu, l'idée centrale de l'article est de présenter que, lorsqu'il s'agissait de la nature des deux groupes en contact, le discours dominant dans ces deux premiers siècles, que ce soit dans le cadre des représentations de autochtones, ou dans celui de l'intégration/exclusion des enveloppes sociales autochtones au sein de la société coloniale, donnait un *décalage* moins notable qui, analysé dans le cadre temporel, donnait réalités « conciliantes », concurrentes et récurrentes, exprimant l'universalité et la transversalité des pratiques de l'espèce *homo*.

**MOTS-CLÉS:** Colonisation; Exclusion; Hétérogénéité; Transversalité.

## ENTRE COLONIZAÇÃO E HETEROGENIA NO ESPAÇO IMPERIAL ORIENTAL PORTUGUÊS ENTRE SÉCULOS XVI E XVII

Martinho Pedro <sup>1</sup>

### Introdução

Um dos debates mais mobilizados atualmente é relativo à interculturalidade, do mútuo reconhecimento das culturas, de uma abordagem ética sobre contextos culturais em função de ditames universais ou da relativização de culturas, ao se reconhecer a funcionalidade contextualizada de cada padrão cultural ou, na melhor das hipóteses, na não existência de culturas inferiores e nem superiores. Tais debates foram suscitados depois que grupos sociais significativos ficaram integrados, durante um longo período, num ciclo colonial entanto que constrangidos, como o foram os do continente africano.

Compulsando a natureza dos contatos entre aqueles que construíram a superioridade para si em relação às sociedades que passaram para a condição subalterna, emerge um pequeno espaço de manobra que não vai ao encontro de uma colonização mental portuguesa em quinhentos anos para todo o conjunto territorial africano. Para os defensores desta corrente, concordar com essa demarcação é procurar forçar certas justificações que dificilmente encontrariam argumentos plausíveis. A este propósito, Pélissier indica que, “(...) na verdade, o *cliché* de «cinco séculos» de colonização-exploração portuguesa perpetua-se porque ex-colonizadores e ex-colonizados têm interesse pela sua reprodução. Esse mito fundador, (...) [permite] uma fácil explicação para numerosas dificuldades actuais” (1987, p. 88). De fato, analisando o contexto ocupacional de territórios do continente africano desde os primórdios da presença portuguesa/europeia, seria correto afirmar que parte de tais territórios começaram a ser ocupados, pelo menos na costa oriental, a partir do século XVI, o que, automaticamente, reduziria, de cinco, para quatro séculos. E se é ideia assente de qua parte substancial do continente só foi calcorreada pelo europeu a partir do século XVIII ou mesmo depois, os quinhentos anos só cairiam na homogeneização induzida de um processo que jamais foi sincrónico, senão a partir da Segunda Modernidade e, mesmo assim, com diferenciações nas formas de acomodação dos sistemas coloniais que estavam em montagem, até a montagem dos sistemas administrativos que ocorreram recorrentemente com e depois da Primeira Grande guerra. No mesmo diapasão, encontrar-se-ia toda a justificativa de única África hoje presente em

muitas mentes, quando, na verdade, existem muitas Áfricas, no mesmo bloco continental, moldadas em distintos momentos, por processos diferenciados e com resultantes socioculturais também bem diferenciadas.

Finalmente, para os que defendem os quinhentos anos, mesmo que encontrassem justificativas nas construções pejorativas que acompanharam a integração do africano costeiro na colonização portuguesa entre os séculos XVI e XVII, facilmente cairiam em descrédito, na medida em que tais construções acompanharam e acompanham construções que ocorreram e ocorrem no encontro entre diferentes grupos humanos, tenha sido antes do processo colonial ou depois dele, até mesmo fora de lógicas coloniais. De fato, os grupos humanos, no âmbito das construções identitárias, não importando o tempo ou a situação, geral e recorrentemente, cunharam atributos negativos aos grupos homólogos contemporâneos ou não. Ao aplicarem-se questões identitárias, os grupos de referência têm sempre apresentado os melhores atributos para si em relação aos recíprocos. A esse propósito, Laplantine aponta que “a extrema diversidade das sociedades humanas raramente apareceu aos homens como um fato, e sim como aberração exigindo uma justificação” (2007, p. 40). E tal realidade não basta que os grupos se desconheçam mutuamente, ocorrendo mesmo no interior de um mesmo grupo que ocupe um território expressivo. Por via disso, basta existir um rio, uma montanha, uma floresta, etc., para que dois subgrupos cataloguem-se, reciprocamente, como diferentes e tal diferença é tão abissal quanto maior for a distância que os separa, sendo mais rudes ou selvagens os desconhecidos ou das terras longínquas.

Tal como anota ainda Laplantine, a consequência lógica dessa negação à igualdade é “(...) expulsar da cultura, isto é, para a natureza, todos aqueles que não participam na faixa da humanidade à qual pertencemos e com a qual nos identificamos (...)” (Ibid.). Dito de outra forma, em questões identitárias, o grupo de referência num determinado contexto tem construído o *outro* em modo sempre pejorativo, uma realidade que não ocorre necessariamente com alguma colonização. Assim, a mobilização das diferenças e a catalogação de atributos negativos e de estereótipos aos outros pode ocorrer mesmo em processos que não traduzam coabitação de dois grupos num mesmo território. Pode ocorrer entre grupos com territórios contíguos ou não, ou para contextos que explicitem tacitamente subserviências, como se procura evidenciar neste artigo. Se quiser recorrer-se à um já velho modelo, construído, por exemplo, na relação entre os europeus e os africanos, ou no quadro relacional construído numa pretensa base racial, opondo brancos e negros, a história mostrará situações em que, nos primeiro contatos, estes últimos

---

<sup>1</sup> Martinho Pedro, Universidade Pedagógica de Maputo. Doutor. [marpmat@gmail.com](mailto:marpmat@gmail.com)

desdenharam os primeiros, identificando-os com rãs ou peixes e até incitando-os a voltarem para a água de onde não deviam ter saído (PEDRO, 2010).

Mesmo na situação em que fosse ajustar-se à corrente dos quinhentos anos de colonização, recair-se-ia no pressuposto segundo o qual o primeiro momento do encontro entre europeus e africanos, por mais que os primeiros tivessem empreendido uma forma de conquista de novos espaços, tal conquista não foi tão imperante ou constrangedora, justamente por ter sido no momento de reconhecimento do terreno, para além de que o arcabouço militar e os recursos humanos não poderiam suportar um combate permanente longe dos centros de difusão da colonização. Não é por acaso que foram aceites, nessa altura, “embaixadas” recíprocas e um trato das soberanias africanas entanto que tais, tal como se demonstra mais adiante, especificamente no subponto intitulado *Encontros inter-societais e os diálogos concorrentes pós-negligenciados*. Nesse momento, no lugar de se terem manifesto processos de subserviência houve diálogos inter-societais a vários níveis, persistindo uma heterogenia, isto é, a abordagem dos elementos constitutivos dos dois grupos, pelos quais se estabeleceram diferenças que, mesmo sendo vistas neste prisma, não eram tão abismais.

As diferenças, simplesmente vistas como contrapostos das outras realidades identitárias, situavam-se no plano do desconhecido que devia ser captado, propiciando uma inteligibilidade entre os dois mundos. Mesmo que fossem acompanhadas por construção de subalternidade, esta não tinha ainda um carácter como a que seria recorrente na fase da implantação da Segunda Modernidade Europeia, iniciada a partir do século XVIII e formatada, definitivamente, no XIX, para constituir-se como *modus operandi* do bloco colonizador durante o século XX. Nesta fase, com juízos de valor concebidos de forma unilateral, tal subalternidade foi colocada num contexto isomorfo, com a eliminação do indivíduo<sup>2</sup>, acompanhada pela cunhagem de estereótipos e, finalmente, com a qualificação do outro na condição de selvagem, isto é, fora da cultura.

A sua imposição foi, logicamente, consequência da sistematização de uma carga pejorativa definida pelo grupo europeu para a África, e para as outras partes do mundo que, uma vez catalogada e erigida como um sistema de referência perpétuo, no quadro de uma violência psicológica e epistêmica, condicionou a colocação em uma condição subserviente aos africanos,

---

<sup>2</sup> No caso português, a eliminação do “indivíduo” foi notório não só para os contruídos subalternos. Embora se aplicando em outro contexto, a individualização que poderia situar-se na identificação do português como tal, esse marco identitário e individualizante em relação aos outros europeus foi eliminado ou era recorrentemente excluído no seu uso. No seu conjunto, o português era indiscriminadamente identificado no espaço colonial como europeu. Pedro (2010) situa esta operação, por parte dos portugueses, no lado da auto-inferiorização que sempre os acompanhou durante o processo colonial, em relação às pretensas grandes e mais evoluídas nações colonizadoras do momento, tais como a França, a Inglaterra e a emergente Alemanha.

sem que, para os momentos ulteriores, viesse a ser necessário empregar outros meios de coação para se impor a colonização.

O estudo tem como objeto de análise o Sistema Colonial Português na Costa Oriental Africana, especificamente nas terras que mais tarde se constituíram em colônia de Moçambique, sem, contudo, negligenciar, sempre que se mostrar pertinente, outros exemplos exteriores a esta área. Metodologicamente, o estudo foi conduzido num quadro comparativo e sincrónico, pelo qual foi possível perceber a correlação dos aspectos culturais mobilizados na altura em que portugueses e europeus estavam em contato.

Ao achar-se que no momento em que os dois grupos se encontraram haviam condições para haver um tratamento de mútuo reconhecimento e que não ocorreu, aventa-se ter havido algum equívoco na integração dos nativos durante a primeira modernidade portuguesa em África, no geral, e na Costa Oriental Africana, em particular.

### **O epíteto equívoco na integração dos nativos na primeira modernidade portuguesa**

Antes de trazer os elementos culturais concorrentes que, se tivessem sido acomodados, teriam propiciado uma comunicabilidade dialógica a partir do primeiro encontro entre portugueses e os diferentes grupos sociais presentes ao longo das duas costas africanas, especificamente da oriental, apresentam-se, de forma sumária, algumas evidências da subalternização do africano. Crê-se que escalonando dessa forma, melhor perceber-se-á como o período fundador das relações entre a Europa, no geral, e Portugal, em particular e a África teve, efetivamente, condições para o mundo enveredar por outra via, diferente da que atualmente reproduz assimetrias, subserviências, diálogos surdos entre os dois continentes.

A prevalência de uma ordem ocidental em países extra-europeus, conseqüente expressão da colonialidade, (QUIJANO, 2009; CORM, 2004) induz, actualmente, um conflito aberto contra aquela prática hegemônica, com a mobilização de realidades geoculturais que agem como contra-poderes (SANTOS, 2006; HUNTINGTON, 2006; DOUGHERT, 2011). Se, entretanto, tal contínua colonialidade encontra hoje tais contra-poderes, manifesta à diferentes níveis, nem sempre o domínio apresentou espaços de manobra, em virtude do mundo, desde a segunda modernidade europeia, ter sido interpretado numa condição binária (SERRA, 2005), com a identificação de caracteres europeus diferenciados dos de outros continentes, e antitética (CABAÇO, 2010), com uma oposição antipodal dos termos, imperando único sistema de

referência, o eurocêntrico e, sublinhe-se, eurocrático<sup>3</sup>, à volta do qual havia uma periferia que estava “(...) presente como uma área sombreada que serv[ia] para realçar o brilho da metrópole<sup>4</sup>”(BURKE, 2002, p. 118).

Tal sombreamento da periferia era concretizado em função de vários procedimentos. Inicia com a perda da condição humana entre os grupos sociais subjugados, como ocorreu no início da construção da segunda modernidade europeia, no caso em epígrafe portuguesa, que, coincidentemente, foi moldado na mesma altura em que a Costa Oceaníndica Ocidental era integrada no ciclo da escravatura econômica. Com a construção dos espaços coloniais definitivos, isto é, os da pós-Conferência de Berlim, de 1884/85, aquela condição foi, no caso do Império Português, continuada pela política do indigenato, cujo lugar do nativo passou a ser ambíguo, mas também sempre periférico.

A funcionalidade da periferia entanto que sombra foi ainda expressa teoricamente, inicialmente com o *Darwinismo Social* de Herbert Spencer, culminando com a corrente hegeliana, que chegou a considerar tal mundo periférico como *a-histórico* e que, por isso, acabara de entrar para a História da humanidade, necessariamente com a chegada dos europeus. Se a subalternização desaguava no não reconhecimento ao africano o direito à igualdade, cuja condição extrema era colocá-lo na bestialidade, ou na sua transformação como “(...) objecto sobre o qual a ordem do conhecimento colonial poderia exercer o seu poder” (MENESES, 2009, p. 180), o *soi-disant* recém-emparelhado à um processo histórico que vinha sendo construído supostamente pelos europeus colocava-o na condição de um grupo social que não possuía algum passado.

Nessa definição das bases que pudessem fundamentar a grande separação entre os dois grupos sociais situou-se, tal como é opinião assente neste artigo, um dos equívocos, que recai na ideia assinalada por Santos (2006), quando este aborda a questão das chamadas descobertas geográficas. Este autor aponta que se no processo de descobertas quem descobre é igualmente descoberto, isto é, todos estão em idênticas circunstâncias, rebatendo, por via disso, a maneira como até ai o conceito era usado. No caso do continente africano, tal ato manifestou uma relação de poder e de saber, sendo descobridor quem teve mais poder e saber e com capacidade para declarar o outro como descoberto. Nesse processo gerou-se o que Bordieu, citado por Burke, chama de “violência simbólica”, pela qual ocorre a “(...) imposição da cultura da classe dominante aos grupos dominados e, em particular, ao processo pelo qual esses grupos

---

<sup>3</sup> Termo introduzido para especificar o caráter dominante do poder (kratos) europeu.

<sup>4</sup> Neste caso a metrópole representa o centro hegemônico, sinónimo de moderno.

subordinados são forçados a reconhecer a cultura dominante como legítima e a própria cultura como ilegítima” (BURKE, 2002, p. 122).

No quadro da concretização daquele processo nos espaços coloniais em construção, especificamente no português, a realidade mostra que, pese embora o sistema colonial fosse separatista, imperavam referências identitárias lusitanas, as quais eram a base de fundamentação de todo o processo vivencial e de representação social de todos os grupos nele presentes. Por essa via, por mais que o sistema procurasse desenvolver uma regulamentação específica para os nativos, ela era feita num quadro complementar, senão transitório, esperando-se pela contemporização dos usos e costumes nativos à suposta civilidade lusitana.<sup>5</sup> Nesse processo introduziu-se o equívoco ontológico, ao não se reconhecer no africano as características imanentes de um ser humano. O agravante era que as razões pelas quais se baseava todo o artefato da construção do outro eram subjetivamente construídas. Foi ainda nesta condição que se forjou mesmo a própria *modernidade*, contraposta, arquitetadamente, a um mundo *tradicional*. A esse propósito, Habermas (1988) aponta que ao lado do conceito de “tempos modernos”, forjado no século XVIII, apesar de relacionar-se com a ideia ou o sentido de revolução, progresso, emancipação, evolução, que por acaso tinha como caráter comum o movimento, se forjou o “tradicional”, oposto ao moderno.

Da concepção habermiana surge alguma inquietação, pese embora esclarecedora, pois, por um lado, havia alguma omnisciência de que todos os significados da modernidade expressavam o movimento, mas, por outro lado, não se percebe como tal modernidade foi imposta como algo que “caíra do céu”, sem nenhum precedente, a ponto de não se considerar que, para a sua edificação, não tinha tido alguma relação com algum precedente fundacional que expressasse o fundamento da continuidade de uma tradição em reconstrução. De fato, se ater-se em Berger e Luckmann (2004), notar-se-á que nada pode ser institucionalizado sem que se funde inicialmente como tradição. Tal equação de criação de uma antípoda procedeu-se ignorando-se o real significado do termo Moderno que, objetivamente e de forma dialética, só poderia ter sido consequente de processos anteriores, isto é, de tradições que haviam caracterizado um padrão sistêmico. Neste sentido, um estudo de Weber (2011), em *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*, indicia a fundação de tradições que deram origem ao espírito capitalista, o qual, apesar de ser novo, carregava consigo alguns precedentes. Esta situação empurra ao leitor do momento a concordar com Meneses, que aponta que:

---

<sup>5</sup> Vide Estatuto Político, Civil e Criminal dos Indígenas das colónias portuguesas de África, aprovado pelo Decreto 16.473, de 6 de Fevereiro de 1929, no seu artigo 3º, §1º.

... a segunda modernidade colonial caracteriza-se pela interação da Europa com outras regiões do mundo através do cânone definido pela Europa. Este cânone foi construído através da autoconstrução de uma identidade não só completamente distante do que era entendido como sendo culturalmente distante, mas também, muitas vezes, incomensuravelmente superior (MENESES, 2009, p. 181).

De outra forma não teria sido possível dar um suporte plausível a nova fase. Não foi por acaso que, para se construir esse tal outro, foi necessário pôr em prática duas alteridades: a geográfica e a histórica, pelas quais Portugal passou a agir em bloco, no sentido gramsciano, em que todos os fatores deviam ser mobilizados para dinamizar a ação cultural do Estado (GASPERINI, 1984). Foi neste contexto que Portugal usou, de forma recorrente, a alteridade construída em função do bloco eurocêntrico, e foi típico em colocar em prática no espaço colonial em construção, pelo menos no território que atualmente é Moçambique. De fato, nas catalogações da população, constitui-se missão titânica encontrar os termos “português ou “portugueses”. No seu lugar aparece “europeus”, ao que é diferente do discurso moldado no período anterior ao da segunda modernidade europeia. Iniciou nesta altura o julgamento das pessoas não em função das suas particularidades, das suas atitudes, mas em função do grupo e do espaço geográfico a que pertenciam, o que Baugnet (1998) chama de paradigma de “choque da diferença”.

Com esse procedimento, os sistemas imperiais europeus, no geral, e português em particular, evitaram ter muitos pontos de contato com os nativos dos espaços coloniais que estavam a ser moldados, reduzindo praticamente a um único ponto de contato e por um único contexto e meio comunicacional, caracteristicamente unidirecional, onde ao africano restava-lhe trilhar os caminhos seguidos pela Europa, por via de processos assimilacionistas. De fato, “(...) o conhecimento e a compreensão do mundo tornaram-se a explicação do mundo através do prisma monocultural” (MENESES, 2009, p.181).<sup>6</sup> Aliás, neste contexto, veio a evidenciar-se melhor um novo equívoco, em virtude de, até a altura da institucionalização da modernidade europeia, o africano ter conseguido trilhar caminhos originais e às vezes autónomos, provando ter sido capaz de sobreviver à várias adversidades que as circunstâncias lhe haviam imposto durante milhares de anos da sua trajetória histórica.

De forma clarividente, tal criação das condições objetivas para a sua sobrevivência, o africano desenvolvera referenciais sociais semelhantes às da Europa, esse continente que, com a modernidade, havia colocado o continente africano no lado inerte da história. De fato, crônicas, ensaios, diários de viagens europeus, sobre a África, haviam evidenciado, no período

---

<sup>6</sup> Vide ainda, Torrealba, (2012), quando a autora aborda a questão da construção da modernidade na América Latina.



precedente, especificamente no designado por “primeira modernidade colonial (ibérica)” (MENESES, 2009), tal comparação entre os referenciais identitários de ambos grupos em contato, como se evidencia em seguida e que, sobremaneira, colocam em causa certas justificações impostas unilateralmente. Ao que se mostra em seguida, é que tais elementos africanos em referência desempenhavam, comparativamente ao quotidiano europeu, o mesmo papel ou jogo na gestão dos destinos coletivos, mesmo que em termos práticos fossem comungados de forma diferente, mercê da diferenciação cultural que, obviamente, só podia dar lugar a essa diferença, sempre presente entre grupos sociais diferenciados.

### **Encontros inter-sociais e os diálogos concorrentes pós-negligenciados**

O pressuposto do presente artigo assenta na ideia segundo a qual os primeiros dois séculos da colonização portuguesa marcaram um caráter dialógico que, se tivesse sido continuado, teria engendrado um encontro inter-civilizacional menos conflituoso. A ideia é justificada pela mobilização, durante esse período, de arcabouços sociais, por parte dos europeus, num quadro menos incongruente e pelo fato dos pontos de contato terem sido feitos em função de múltiplas referências, contrariamente ao que aconteceu durante o período posterior, isto é, a segunda modernidade ibérica de Meneses, que foi matéria tratada na parte precedente, que caracteristicamente conheceu a imposição de um ponto comunicacional, por sinal unidirecional, unilinear e, acrescente-se, “unifocal”.

De ora em diante, o objetivo central da discussão é apresentar elementos contextualizados ao período dessa primeira modernidade colonial ibérica, tendo como sistema em análise, o português, sistematizado nos domínios da Costa Oriental Africana, parte deles integrados no que é atualmente Moçambique. Para tal efeito, são mobilizados dois dos primeiros relatos/ narrativas feitos sobre esta parcela territorial, como o foram os compilados em Etiópia Oriental, de Frei João dos Santos e no Roteiro de Vasco da Gama, escrito por Álvaro Velho, mas transcrito por Herculano (MDCCCLXI).

Primeiramente sublinhe-se que as duas narrativas foram feitas entanto que testemunhos diretos, aquando dos contatos entre portugueses e os bantu da África Oriental. A esse propósito, na introdução da quarta edição de Etiópia Oriental, a coordenação aponta que “a maior parte das informações sobre a cultura chona-caranga veiculada pela (...) [obra] é fruto da observação directa e da experiência pessoal do Autor vividas durante a sua estadia no reino Quiteve” (DOS SANTOS, 1999, p. 37).

A sua validade, entanto que fontes credíveis e capazes de propiciarem uma análise comparativa, resulta do fato dos seus autores trazerem consigo uma bagagem conceitual e vivencial e o respectivo juízo de valor lusitano, ao qual recorrem para caracterizarem realidades sociais com as quais entraram em contato, por um lado, mas, fundamentalmente, em virtude dos assuntos constantes em Etiópia Oriental terem sido sancionados não só pela corte real<sup>7</sup>, mas, e precisamente, pela igreja, o poder absoluto do período.

Quanto ao Roteiro de Vasco da Gama, redigido por Álvaro Velho, ele traz também um diário, para relatar uma missão demandada pela realeza (SOUSA, 1998). As suas descrições trazem, também, indícios desse juízo de valor formatado num quadro societal lusófono. Dessa forma, parte das comparações que são apresentadas seguidamente não são meras leituras ou traduções do que poderiam significar, mas transcrições literalmente passadas das respectivas fontes. Se algumas das comparações aparecem de forma explícita, como a que é evidenciada pelos editores da quarta edição de Etiópia Oriental, que citando a parte 1<sup>a</sup>, Liv. I, Cap. 12, evidenciam que “Observador atento, ele comparou os trabalhos agrícolas de mulheres africanas com as atividades, hoje extintas ou em vias de extinção, das camponesas do Norte de Portugal, sublinhando um mesmo papel no contributo para a economia doméstica familiar”, outras não o são, pese embora não deixem margem de dúvidas de que serem realidades concorrentes, conciliadoras ou menos incongruentes. Tais caracteres discursivos, moldados ainda em função de múltiplos pontos de contato, estiveram muito longe dos moldados pela modernidade iniciada no século XVIII e continuada nos dois séculos subsequentes.

Quanto aos múltiplos campos de referência ou de contato, os europeus da primeira modernidade colonial ibérica, isto é, dos séculos XVI e XVII, não procuraram apresentar as realidades africanas em um caráter uniformizador, tendo-as retratado em função das circunstâncias encontradas em cada um dos domínios contemplados. Assim, esses múltiplos pontos de contato situam-se na caracterização de várias realidades, desde a organização sociopolítica, a economia, os usos e costumes, etc., mostrando as suas reais particularidades, isto é, em função do local em que as mesmas eram comungadas e nunca tomadas como unitárias ou num caráter isomorfo, como foi a partir do século XVIII. Por via desta forma de abordar as coisas, os grupos sociais tinham, mesmo entre estes, algum direito à diferença, isto é, eram

---

<sup>7</sup> Pode ser aferido a partir de uma petição estampada no início do livro, escrita a partir do Convento de São Domingos de Évora, a 20 de março de 1609, pelo respectivo autor, Frei João dos Santos, ao Excelentíssimo Senhor D. Duarte, Marquês de Frechilla, e de Mallagon, indicado como sendo da nobreza, porque descendente dos Reis de Portugal, nomeadamente do invictíssimo Rei D. Manuel (avô) e sobrinho de D. Constantino, Vice-Rei da Índia. Ao el-Rei, o autor pedia protecção ao livro, cuja resposta foi a emissão de um alvará régio, a 30 de maio de 1609, o qual determinava que, por dez anos, ninguém podia fazer sua impressão, para além também da determinação régia do preço, fixado em 320 réis. (Vide Dos Santos, Etiópia, op. cit. p. 51-53)

abordados num contexto heterogênicO, termo usado no contexto de diferença, pluralidade ou variedade. Assim, é possível ter, sobre um mesmo aspecto, uma descrição num grupo social africano diferente à uma outra realidade societal do mesmo continente e, até de espaços contíguos. Por exemplo, no caso daquilo que viria a ser Moçambique, é possível encontrar diferenciações de mesmas realidades numa mesma latitude. Tendo como base a natureza da religião, num mesmo livro e pelo mesmo autor, é considerada menos coerente e de caráter politeísta na margem direita do rio Zambeze, nomeadamente, entre os Mocaranga (DOS SANTOS, 1999, Livro Primeiro), mas monoteísta na margem esquerda do mesmo rio, entre os Loranga<sup>8</sup> (DOS SANTOS, 1999, Livro Segundo, cap. XXII: p. 242). Por via desta descrição diferenciada, denota-se aqui o direito à diferença interna e, ademais, sem dar um grande relevo à trazida pelo europeu.

Quanto à mobilização de aspectos menos incongruentes entre os grupos em coabitação, os textos estão repletos de exemplos. No quadro da expressividade político-administrativa presente na Costa Oriental Africana, Frei dos Santos cita a presença de reinos e impérios e, logicamente, os respectivos reis e imperadores. Por exemplo, no Livro Segundo, Cap. XV: (DOS SANTOS, 1999, p. 220), o autor aponta que “diante dele [Rei] vai um cafre batendo com a mão em ãa coixa, pêra que se saiba detrás dele vai o Rei (*sic!*)”. O termo Rei é citado também no Livro Terceiro, em que se dá relação da ilha, da fortaleza de Moçambique e de Mauruça, “Rei da terra firme que está defronte (...)”, bem como no Livro Primeiro, onde o autor alude a presença de reis de Quiteve e de Sedanda, para além do capítulo X, do Segundo Livro, onde, para além de indicar a existência do Reino Abutua, Frei João dos Santos, ao aludir os “reinos do Manamotapa”, traz uma realidade política superior à do reino, com a indicação do termo Império. Diz ele que:

Este reino de Manamotapa (*sic!*) está situado nas terras a que chamam Mocaranga, como fica dito, as quais antigamente foram todas do Império do Manamotapa, e agora são divididos em quatro reinos, a saber, o Reino que hoje tem o Manamotapa, e o Reino do Quiteve, o Reino do Sedanda, e o Reino do Chicanga. A causa desta divisão foi um Emperador Manamotapa, o qual, não querendo, ou não podendo governar terras tão distantes, fez governadores delas três filhos seus (...).

Por sua vez, Herculano, que transcreve o Roteiro escrito por Álvaro Velho, indica que “(...) o senhor (...) deulhes galinhas pêra o capitán moor, dizendolhes elle que hia amostrar

---

<sup>8</sup> “Estes cafres no que toca à religião adoram um só Deus, que está no céu, crêem a imortalidade da alma, não negam a providência divina, crêem em Demónios, e que são maus, e que todos os bens vêm de Deus, e com tudo isto são grandes blasfemos ...” (Livro Segundo, Cap. XXII: 4ª edição, p. 242).

aquillo que lhe deram a hum grande senhor que elles tinham, segundo nos parecia que seria o rrey daquela terra” (HERCULANO, MDCCCLXI, p. 16). Este último autor, retratando um episódio que encontrou no que hoje é a Ilha de Moçambique, indica ainda que “Em este lugar e ilha a que chamão Moncobiquy estava hum senhor a que elles chamavam Collytam (sultão) que era como vicorrey” (*Id.* p. 26).

Ainda no quadro das manifestações em volta da realeza no território Mocaranga, dos Santos identifica certos aspectos que têm indícios da sua existência no grupo de referência do autor, num contexto comparativo e transversal. O autor deixa patente que “quanto aos cafres andarem com arcos, e frechas (*sic!*), é tão ordinário neles como a espada na cinta dos portugueses<sup>9</sup>, e nenhum cafre sai fora de casa sem estas armas” (DOS SANTOS, 1999, Livro Segundo, cap. XV, p. 220).

A outra comparação ocorre quando o autor indica a presença da pena capital na terra dos Mambos, com indícios da presença da mesma no seu grupo social ou de proveniência, sendo que o que diferenciava era a forma de execução, entre azagaia, num lado e a forca, no outro (*Ibid.*).

Não menos clarividente, uma nova comparação, desta vez directa, fá-lo ao reconhecer a existência de alguma cortesia nobiliárquica em ambos lugares, isto é, na zona de proveniência do autor, em Portugal, e no que hoje corresponde a Moçambique : “E quando falam com ele, dizem Xédico, como quem diz Vossa Alteza (...)” (DOS SANTOS, Livro Segundo, Cap. XV. p. 221).

Com a extensão das fronteiras westefalianas de 1648 para o mundo colonial, aquando da sistematização dos impérios europeus, fundamentalmente a partir do século XIX, o africano perdeu o controle territorial, porque o seu território havia sido integrado no quadro colonial. Anteriormente, com a posse desse território, entidades políticas africanas puderam negociar a entrada de forasteiros, uma realidade presente entre os séculos XVI e XVII. De fato, durante este período, qualquer atividade era passível de uma autorização local, o que regulava relações ao nível de “Embaixadas”, processo que circunscrevia relações exteriores. Por exemplo, Frei dos Santos indica que “Este Manamotapa deu entrada aos nossos religiosos em seus Reinos, e dei licença pêra fazerem igrejas, e cristandade nelas, como hoje fazem” (Livro Segundo, Cap. XV, p. 221). Tal como confirmam episódios da presença portuguesa nesta parte do continente africano, a prevalência do Império de Muenemutapa como entidade política concorrente à Coroa Portuguesa revelou-se pelo condicionamento de entrada dos súbditos desta última entidade durante cerca de um século, cujo contato existia na base de um Capitão das Portas, residente em

---

<sup>9</sup> Sublinhado apenas no presente artigo. Aqui está expressa uma comparação indireta evidenciada pelo porte de flechas, hábito “(...) tão ordinário neles como a espada na cinta dos portugueses (...)”.

Massapa, zona marginal do império, de onde, de forma indireta, fazia-se intermediação entre as duas cortes.

Nesse âmbito relacionado com os aspectos régios, um último aspecto que merece destaque situa-se ao nível do detalhe ortográfico. Durante o período da primeira modernidade, o termo Rei que acompanhava as entidades políticas supremas encontradas em África era grafado com o r maiúsculo (SANTOS, 1999), como o que era reservado para o Rei de Portugal. Esta representação era diferente da expressa a partir do século XVIII para diante, onde a chefia africana perde essa categoria régia, com a sua supressão ou, na melhor das hipóteses, com a sua subalternização, com a emergência do termo régulo, onde o “r” que acompanhava aquele termo jamais levava alguma grafia garrafal, necessariamente porque a inferiorização era, também, iconograficamente representada.<sup>10</sup>

Finalmente, um aspecto emblemático é referenciado por Herculano, que atualizando os escritos de Álvaro Velho, evidencia algo que jamais foi ligado ao grupo africano, concretamente quando o ato é caracterizar o grau evolucionar do mesmo. Como já se referiu no epíteto equívoco na integração dos nativos com a modernidade europeia, o grupo africano foi sempre colocado num nível subalterno e, por vezes, nas correntes mais atroz, num estágio inerte, fora da cultura. Entretanto, o leitor ficará surpreendido ao se deparar com passagens constantes tanto em Etiópia Oriental, quanto no Roteiro de Vasco da Gama, com a indicação de valores que colocam o grupo africano num quadro civilizacional que para os respectivos narradores transcrevem como algo que era recorrente entre os nativos. No Livro Segundo, Cap. XXII de Frei dos Santos (1999, p. 240), o autor recolhe, entre os macuas, na altura povoado entre a margem esquerda do Zambeze e o Rovuma, e hoje constituindo-se parte de um dos povos de Moçambique, a capacidade de construção identitária, a qual sempre está relacionada com a menção de atributos sempre melhores para o grupo de referência. De fato, dos Santos aponta que:

Toda a demais terra polo (*sic!*) sertão dentro é povoada de cafres macuas, sujeitos um cafre chamado Galo, que tem nome de rei, mas seu reino é pequeno, de poucos vassallos, e menos sustância. Este rei tinha um irmão chamado Sapata, o qual se tinha feito mouro, quando ali fui ter, e por essa razão (*sic!*) era malquistado, e odioso a todos os cafres, porque inda que estas terras estão inçadas de mouros, e vivem nelas como naturais, (...), porque os têm em pouca conta, e dizem que é gente baixa, e que mais honrados são eles que os mouros. E assi raramente se verá cafre que se torne mouro, nem eu vi nestas partes (...) (Livro Segundo, Cap. XXII, p. 240).

Por sua vez, o Roteiro de Vasco da Gama aponta que:

Os homens desta terra sam rruyvovs e de boons corpos e da seita Mafamede e falam como mouros, e as suas vestiduras sam de panos de linho e d'algodam muito delgados e de muitas cores de listras, e Sam ricos e lavrados<sup>11</sup>, e todos trazem toucas nas cabeças com vivos de seda lavrados com fio d'ouro, e sam mercadores e tratam com mouros brancos, dos quaes estavam aquy em este logar quatro navios delles que traziam ouro prata e cravo e pimenta e gengibre e anés de prata com muitas perllas e aljôfar e rrobins e isso mesmo todas estas cousas trazem os homens desta terra (HERCULANO, MDCCCLXI, p. 24).

Muitos outros aspectos poderiam ser mobilizados para evidenciar múltiplas referências que mostravam a tal heterogenia e situados num prisma dialógico menos incongruente, dado que, pelo menos, reconheciam-se construções sociais paralelas ou transversais, idênticas ao nível de significados, mesmo que certas práticas fossem divergentes, o que, certamente, uns adequavam-se, por um lado, às práticas recorrentes entre todos os seres humanos, entanto que universais culturais, e outros davam azo a existência de particularidades, construtoras de diferentes identidades a que todos os grupos humanos têm direito de as possuírem.

### **Pressupostos para a introdução/produção de equívocos a partir do século XVIII**

Depois de o ponto precedente permitir a identificação de elementos similares ou, pelo menos, concorrentes, quanto à sua natureza, funcionalidade e finalidade, entre as realidades sociais em contato durante a primeira expansão europeia protagonizada pelos portugueses e de se perceber que tais realidades foram ignoradas no período subsequente, só resta identificar os pressupostos explicativos da introdução ou produção desses equívocos. De fato, torna-se difícil conceber como foi possível desenvolver-se um distanciamento tal que as duas realidades viessem a ser colocadas em oposições antipodais. Aliás, tal como Pedro apresenta em uma comunicação, tenha sido “(...) no plano teórico, tanto no prático, como no plano existencial, nunca terá existido um contraste tão abismal entre o [dito] tradicional e o moderno, pelo menos no período em que esse processo teve as suas origens (...)”. (2012, p. 12) Para o autor, a mobilização “(...) da alteridade teve lugar a partir do momento em que foi conveniente o seu uso, certamente no contexto da colonização” (Ibid.) definitiva ou naquele que Lobato (1971) chamou de expansão concentrada, para referenciar o período em que Portugal centrou-se na definição de territórios de forma mais sistemática.

---

<sup>10</sup> Este fenômeno foi sucintamente explorado por Pedro (2010) na correlação do poder português e os diferentes poderes presentes nos espaços coloniais em construção na costa oriental africana.

As evidências mostram que a ruptura da demarcação da heterogenia ocorre no momento em que o arcabouço militar e cognitivo europeu foram se fortificando<sup>12</sup>, contrariamente ao primeiro momento em que, por causa da fragilidade institucional e na medida em que os referenciais identitários de Portugal não eram tão contraditórios em relação aos referenciais africanos, não se tornava evidente usar o “choque de diferença”, para o europeu circunscrever alguma superioridade em África. Quanto a essa fragilidade portuguesa nos primórdios da colonização, Lobato mostra ao afirmar que “(...), toda a histórica presença portuguesa em Moçambique está marcada, ao longo dos séculos, por um indelével cunho de espontâneo improvisado, de acaso de pura ocasião, ao sabor das circunstâncias e das pessoas” (LOBATO, 1972, p. 2).<sup>13</sup> Num outro livro, o mesmo autor indica que, desde o século XVI, a África portuguesa e Moçambique passou a constituir-se uma superfície sem limites certos nem fronteiras definidas, bem como um campo de ação de colonos livres, agrupados ou dispersos, tendo ao seu serviço modestas organizações de governos regionais fracos e pobres (LOBATO, 1962, p. 166-167).

O outro pressuposto que possibilitou a demarcação de uma diferenciação abismal entre os dois mundos ficou relacionado com a mudança do sistema distributivo dos dividendos que vinham do mundo extra-europeu. Se no princípio as explorações coloniais eram de caráter régio, onde o mecanismo de redistribuição daqueles dividendos provenientes do espaço colonial era piramidal, do topo monocrático para a base subserviente, as demandas centradas naquele topo não eram tão exigentes para condicionarem alterações substantivas nas relações entre Europa/Portugal e o continente africano.

Por via desse caráter real das expedições coloniais na primeira modernidade europeia ibérica se fundou a natureza da atividade comercial. Assim, para se evitar a dispersão do negócio régio junto das feitorias, era proibida qualquer penetração dos mercadores para o interior a título pessoal<sup>14</sup> (LOBATO, 1972), sendo que, em consequência, até ao século XIX, eram os próprios

---

<sup>11</sup> Herculano (MDCCCLXI) aponta, em nota de rodapé, que este termo quer dizer civilizado.

<sup>12</sup> Aliás, tal como defende Quijano os europeus, desde logo, muniram-se de certos meios de existência social pelos quais se circunscreveriam nos outros grupos sociais, dentre eles “(...) a subjetividade e os seus produtos, materiais e intersubjetivos, incluindo o conhecimento; a autoridade e os seus instrumentos, de coerção em particular, para assegurar a reprodução desse padrão de relações sociais e regular as suas mudanças” (QUIJANO, 2009, p. 76).

<sup>13</sup> Mais adiante, o autor complementa que “Na verdade, ao querer-se enquadrar Moçambique nas coordenadas da Expansão Portuguesa, descobre-se que a Província não é um produto da acção do Estado senão modernamente, que a expansão é fundamentalmente uma atividade privada que em primeiro se dissemina e depois se concentra em certas áreas que constituem colónias principais, que, por sua vez, e por iniciativa da sua gente, criam as suas zonas de influência, fazem delas as suas próprias colónias, nelas procuram e desenvolvem os seus interesses, naturalmente todos económicos de princípio, e depois sociais e económicos, conjuntamente” (LOBATO 1972, p. 16).

<sup>14</sup> Lobato aponta que “a moral da época não permitia relações íntimas entre pessoas de religião diferente (...) proibiam todo o mais convívio com eles (os nativos)” (LOBATO, 1972, p. 3). As Ordenações Manuelinas ou os Regimentos da Costa da Mina (Oceano Atlântico – Gana) prescreviam também tais proibições. Contudo, Lobato

africanos que conduziam as caravanas comerciais do interior para a costa (GENTILI, 1999). Entretanto, a partir do momento em que surgem os governos inclusivos na Europa, surgidos na transição entre o Antigo Regime e o regime republicano, onde todos passaram a estar implicados, foi necessário encontrar nova modalidade redistributiva. Uma das operações foi reformular as teias sociais existentes até aí. Assim, a periferia europeia que antes se situava nos súbditos das monarquias europeias é transferida para a África, a qual passou a ser sacrificada, com a sua conversão, para a subalternidade, a subserviência e entanto que produtora de matérias-primas e dos produtores destas.

Nessa produção da periferia circunscreveram-se processos dúbios, em virtude dos portugueses terem escolhido aspectos que convinham para a demarcação da subalternidade africana, resgatando apenas os aspectos que mostrassem a tal inferioridade, mas colocando de lado todos os aspectos que paralelamente convergiam com os processos de construção societal europeia, isto é, fossem contemporâneos aos que ocorriam nos dois continentes. A título de exemplo, não se percebe como o testemunho do Frei João dos Santos “(...) continua a ser invocado quando se trata de sublinhar alguns dos traços estruturais das culturas africanas que contactou. Estão nesta situação algumas observações do autor que, apesar dos séculos, continuam a descrever realidades ainda presentes no mundo dos camponeses moçambicanos” (p. 37, 4ª edição), mas nunca simultaneamente foram capitalizadas partes do mesmo livro que referenciavam a presença de aspectos que relatavam construções identitárias equiparáveis às dos europeus. A título de exemplo, a presença de entidades políticas tais como reinos e impérios e, respectivamente, de reis e imperadores, nunca foram (re)mobilizados, já que, a partir do século XVIII, praticamente tais vocábulos foram hibernados, senão mesmo erradicados dos dicionários europeus. De fato, a partir deste momento, todos os aspectos políticos africanos foram sumariamente volatilizados e, em seu lugar, foram montadas referências minimalistas, com a cunhagem de novas realidades políticas, como as comunidades sem Estados, regulados, autoridades gentílicas, sociedades acéfalas, entre outros termos. Ainda no âmbito desse processo ambíguo em que foram hibernadas ou excluídas realidades que eram concorrentes às portuguesas identifica-se uma prática religiosa monoteísta que era legada aos macuas, situados entre o rio Zambeze e o Rovuma, tal como descrevia Frei João dos Santos no século XVII. E como se pode notar, entre os séculos XVI e XVII, tal monoteísmo identificado por Frei João dos Santos não era produto da presença europeia, mas de uma cosmogonia local. Do monoteísmo esteve ligado o atributo local ao Deus, (*Muluku* entre os macuas), como ser supremo de todas as

---

aponta que proibia-se o estabelecimento de europeus entre as populações nativas, não havendo uma liberdade de circulação, com o objetivo de salvaguardar o monopólio das feiras reais (*Id.*: 4).



---

coisas, correspondente ao Jeová dos europeus, cujo epónimo é de origem local e não corruptela de uma divindade emprestada.

Em tudo isso, o que fica curioso é, como a mesma igreja que na altura reconhecera a autenticidade dos dados narrados por Frei João dos Santos, chegando a reconhecer alguns aspectos relacionados com os povos que praticavam o monoteísmo, tenha pautado, numa fase posterior, pela cunhagem dos aspectos religiosos politeístas como característicos do continente, cujo caráter prevaleceu para todos os grupos sociais, sempre que, a partir do século XVIII, foi necessário descrever as práticas religiosas dos grupos ditos gentílicos, nas distintas narrativas etnográficas. Uma lógica permeia tal atitude, centrada na necessidade de imposição do monoteísmo cristão-católico português, o qual não podia ter concorrente local. O mesmo ocorre na arena política, onde com a extensão das fronteiras régias e imperiais induziu-se obrigatoriamente na eliminação das concorrentes elites locais que antes tinham os mesmos atributos que as figuras nobiliárquicas europeias, cabendo às africanas o lugar de subalternidade, com os pequenos reis, isto é, régulos, senão da sua condição acéfala, justamente para propiciar a integração do poder eurocêntrico.

### **Notas conclusivas**

Os primeiros contatos entre europeus e africanos mostram que, embora, como é normal, não propiciasse uma compreensão mútua automática, também não propiciou elaborações estereotípicas que dessem origem à descrições isomorfas, à estilo de, “todos eles são iguais”. Curiosamente, os estereótipos são elaborados numa fase posterior, num momento em que havia um relativo conhecimento do continente africano, fruto da convivência iniciada dois séculos antes.

A alusão de realidades sociais localmente elaboradas, como a presença de reinos e impérios, de sistemas coerentes de ação no interior dos grupos presentes equiparáveis aos que ocorriam em Portugal, como o reconhecimento de uma compostura idêntica à referenciais societais presentes neste último país, colidem com narrativas da existência de sociedades acéfalas, sem história, que ainda não haviam entrado para a civilização, tal como é recorrente no discurso setecentista e oitocentista, o que denota a construções subjetivadas a partir de um certo período da evolução da história europeia, justamente com o fim de se construir o diferente. Nesse processo, é necessário reconhecer que há uma inversão de valores classificatórios em função dos elementos e atributos que acompanhavam a demarcação dos dois sistemas de representação. Por exemplo, se por um lado colocava-se num contexto de inferioridade ao

africano pelo simples facto de ter artefatos militares concebidos como elementares por parte dos europeus, em contraposição às armas mais sofisticadas, como a metralhadora *maxim*, paradoxalmente, se ocorresse a avaliação da finalidade do seu uso, ver-se-ia que o último artefato apesar de provocar mais danos pelo seu uso na guerra e em pouco espaço do tempo, a brutalidade e a frieza seria colocada no africano, pelo simples fato de este matar o seu inimigo pela zagaia.

Em última instância, percebe-se que a ruptura fundamental entre a primeira e a segunda modernidade, isto é, a que começa a partir do século XVIII, resulta da extensão das fronteiras westefalianas definidas em 1648 e fundadoras do Estado Moderno, pelas quais, num mesmo sistema imperial foram criadas centralidades e periferias, justamente para se encontrarem fundamentos diferenciais que propiciassem a reprodução dos sistemas coloniais em montagem. Tal realidade foi possível seguindo um quadro geral da formatação das entidades estatais que, de forma recorrente, têm seguido um comportamento geral que, na procura de simplificação dos pontos de contato, têm reduzido todas as particularidades, introduzindo a homogeneização de realidades encontradas no espaço colonial, sendo que terá sido em tal momento em que praticamente hipotecou-se toda a heterogenia que vinha sendo reconhecida desde tempos anteriores, em prol do isomorfismo e a exclusão de toda a possibilidade de se abordarem os aspectos em função dos respectivos pontos de referência.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAUGNET, Lucy. **L'Identité sociale**. Paris: Dunod. 1998.

BERGER, P. L.; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade. Um Livro sobre a sociologia do conhecimento**. 2ª edição. Lisboa: Dinalivro. 2004.

BURKE, Peter. **História e teoria social**. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

CABAÇO, José Luís. **Moçambique. Identidades, colonialismo e libertação**. Maputo: Marimbi-que, 2010.

CORM, Georges. **Oriente Ocidente. A fractura imaginária**. Lisboa: Editorial Teorema, 2004.

DOS SANTOS, João (Frei). **Etiópia Oriental e Vária História de cousas notáveis do Oriente**. (Introdução de Manuel Lobato. Notas de Manuel Lobato e Eduardo Medeiros.). Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1999.

DOUGHERT, James E.; PFALTZGRAFF, JR, Robert L. **Relações Internacionais. As teorias em confronto**. Lisboa: Gradiva, 2011.

GENTILI, Anna Maria. **O Leão e o Caçador. Uma história da África sub-saariana**. [Maputo] Arquivo Histórico de Moçambique, Estudos 13, 1999. (Traduzido do italiano Il Leone e il Cac-

- ciatore, Storia dell’Africa Sub-Sahariana, Sec. XIX e XX. Roma, La Nuova Italia Scientifica, 1995).
- GASPERINI, Lavinia. “Direction culturelle, éducation et développement au Mozambique”. **Revue Tiers Monde**, t. XXV, n° 97. Janvier-Mars 1984.
- HABERMAS, Jürgen. **Le discours philosophique de la modernité (Douze conférences)**. Bibliothèque de philosophie. Paris; Éditions Gallimard, 1988.
- HERCULANO, A., Barão do Castello de Paiva. **Roteiro da viagem de Vasco da Gama**. Segunda Edição. Lisboa; Imprensa Nacional, MDCCCLXI.
- HUNTINGTON, Samuel. **O choque das civilizações e a Mudança na Ordem Mundial**. Lisboa: Gradiva, 2006.
- LAPLANTINE, François. **Aprender a Antropologia**. São Paulo: Editora Brasiliense, 2007.
- LOBATO, Alexandre. **Sobre as causas da ocupação tardia do Norte, num relance pela História de Moçambique**. Lourenço Marques, [s.n.], 1972.
- LOBATO, Alexandre. **Colonização senhorial da Zambézia e outros estudos**. Lisboa: Junta de Investigação do Ultramar, 1962.
- LOBATO, Alexandre. **Aspectos de Moçambique no antigo regime colonial**. Lisboa: Livraria Portugal, 1953.
- MENESES, Maria Paula G. **Corpos de violência, linguagens de resistência: as complexas teias de conhecimentos no Moçambique contemporâneo**. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula. **Epistemologias do Sul**. Porto: Almedina, 2009, p.177-214.
- PEDRO, Martinho. **Le discours dichotomique dans le rapport entre tradition et modernité en Afrique: une approche centrée sur le Mozambique**, Conférence prononcé le 23 février 2012. [Le discours dichotomique sur la relation tradition ... - Université Paris 8 \(yumpu.com\)](#)
- PEDRO, Martinho. **La persistance des Autorités Traditionnelles au Mozambique Colonial (1834 – 1974) Le cas des Mamwene de la Macuana (Nampula)**. Tese (Doctorado em História Moderna e Contemporânea), Université de Poitiers, 2010.
- PELLISSIER, René. **Angola, Mozambique: des guerres interminables et leurs facteurs internes**. Paris: Hérodote, 1987, p. 83-107.
- QUIJANO, Aníbal. **Colonialidade do poder e classificação social**. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula. **Epistemologias do sul**. Coimbra: Almedina, 2009, p. 73- 117.
- SANTOS, Boaventura. **A gramática do tempo. Para uma nova cultura política**. Vol. 4. Lisboa: Edições Afrontamento, 2006.
- SERRA, Carlos. **Ciências, cientistas e investigação (Manifesto do reencantamento social)**. Maputo: Imprensa Universitária, 2005.

SOUSA, João (S.J.); CORREIA, Francisco (S.J). **500 anos de Evangelização em Moçambique**. Maputo: Paulinas, 1988.

TORREALBA, M. **La modernidad en el otro: Inviabilización de las manifestaciones culturales de los pueblos latinoamericanos**, 2012.

[http://servicio.bc.uc.edu.ve/multidisciplinarias/estudios\\_culturales/num10/art11.pdf](http://servicio.bc.uc.edu.ve/multidisciplinarias/estudios_culturales/num10/art11.pdf)

WEBER, Max. **A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo**. 7ª edição. Lisboa: Editorial Presença, 2011.

#### **DOCUMENTOS:**

LOBATO, Alexandre. 'Sobre as causas da ocupação tardia do Norte, num relance pela História de Moçambique', In: **Monumenta** n° 7, Boletim da Comissão dos Monumentos Nacionais da Província de Moçambique, 1971.

**Estatuto Político, Civil e Criminal dos Indígenas das colónias portuguesas de África**, aprovado pelo Decreto 16.473, de 6 de Fevereiro de 1929.

Recebido em: 10/03/2022

Aprovado em: 27/11/2022